80% da América Latina vive nas cidades

Relatório da ONU mostra, no entanto, que ritmo da urbanização perdeu força nas últimas duas décadas

Deficit de 51 milhões de moradias é principal problema da região, segundo estudo que foi divulgado ontem

PEDRO SOARES
DO RIO

Com quase 80% de sua população nas cidades, a América Latina é uma das regiões mais urbanizadas do mundo, mas convive com redução do crescimento demográfico e praticamente com o fim da migração campo-cidade, responsável pelo "boom" da urbanização até os anos 90.

As conclusões são do relatório "Estado das Cidades da América Latina e Caribe 2012", divulgado ontem pelo programa ONU-Habitat.

Na região, 79,4% da população residia em cidades em 2010, nível só inferior aos do norte da Europa (84,4%) e da América do Norte (82,1%).

O relatório destaca, no entanto, que a urbanização, que "explodiu" entre 1950 e 1990 e gerou oito megacidades (mais de 5 milhões de habitantes), perdeu força nas duas últimas décadas.

Tal fenômeno é fruto do menor crescimento populacional, proporcionado pela redução da natalidade. Ainda assim, a ONU estima que 90% da população da região viverá em cidades em 2050.

A troca da migração campo-cidade pelo modelo cidade-cidade (de concentrações urbanas maiores para menores) fez as megalópoles crescerem de modo mais lento do que as cidades médias (até 500 mil habitantes).

Diante desse quadro e da oportunidade gerada pelo fato de a América Latina ter hoje mais pessoas em idade para trabalhar do que inativos (crianças e idosos), a ONU recomenda que se invista em novas soluções de transporte e infraestrutura, revendo o planejamento urbano e as regras do mercado imobiliário.

Erik Vitrupp, técnico do ONU-Habitat, criticou o processo crescente de "espalhamento" e de expansão de grandes "manchas urbanas".

Quanto mais concentradas, diz, menos investimentos são necessários em transporte e serviços públicos.

"Essa é a vantagem da urbanização. O modelo atual de crescimento das cidades é insustentável."

Como exemplos de expansão horizontal, o relatório cita Brasília, Manaus e Belém.

Para o professor Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas, a verticalização das cidades "não é algo necessariamente ruim, mas depende da forma como se faz".

Um bom exemplo, afirma, é o das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), no Rio, que tendem a atrair mais pessoas para favelas —o projeto também foi destacado no relatório da ONU.

Segundo a ONU, a falta de moradias é o principal problema da região, com deficit de 51 milhões de casas (2011). Já o percentual de habitantes em favelas caiu de 33% para 24% da população entre 1990 e 2010.

Por outro lado, o acesso a serviços públicos "melhorou consideravelmente", com cobertura de 97% de água encanada e 86% de esgoto.

ANÁLISE

Do ponto de vista demográfico, o momento para o Brasil é auspicioso

LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO
ÉRICA TAVARES
ESPECIAL PARA A FOLHA

Estamos num momento-chave para solucionar boa parte dos problemas urbanos no Brasil. Pelo menos do ponto de vista demográfico. A visão da explosão populacional difundida durante muito tempo não se sustenta mais.

O país já experimenta baixos ritmos de crescimento populacional (em torno de 1,17% ao ano de 2000 a 2010), assim como em várias regiões da América Latina. Evidência é o declínio da fecundidade (2,4 em 2000; 1,86 em 2010).

Na fase atual da dinâmica demográfica —após a superação do boom de crianças e jovens— há um aumento da população em idade de trabalhar, que remete à concepção do bônus demográfico.

É um momento especial em que o maior peso da população adulta permite maior condição de gerar renda e riqueza. Mas esse bônus está sendo aproveitado?

Boa notícia. Na década passada, a população ocupada nas metrópoles cresceu em um ritmo até maior que a população em idade ativa.

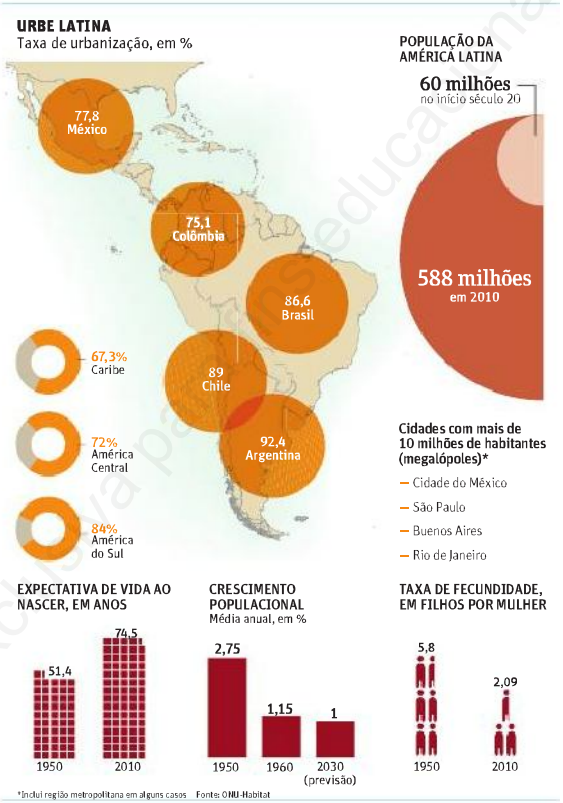
Boa parte está conseguindo se inserir no mercado de trabalho. Claro que ainda é preciso discutir a qualidade dessa inserção ocupacional. Mas isso é outro assunto.

Diante da diminuição da pressão demográfica, torna-se cada vez mais importante avaliar o significado dos movimentos populacionais na reconfiguração do urbano e nas condições sociais que essa população experimenta.

Se antes a dinâmica da população expressava a busca por estar na cidade —evidente, sobretudo, pela migração rural-urbana—, atualmente a mobilidade da população expressa a busca pela apropriação da cidade, por conquistar efetivamente as oportunidades nesse espaço.

É nesse sentido que podemos falar que os problemas urbanos não mais decorrem do excessivo populacional. Do ponto de vista demográfico, o momento é auspicioso. É preciso agora reformar as nossas cidades, tornando-as promotoras do bem-estar.

LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO e ÉRICA TAVARES são especialistas do Observatório das Metrópoles (Ippur/UFRJ)



Região segue a mais desigual do mundo, diz ONU em estudo

DO RIO

Graças ao aumento da renda do trabalho e a programas oficiais de transferência de recursos em vários países, a pobreza diminuiu na América Latina, mas a região segue como a "mais desigual do mundo", segundo relatório do ONU-Habitat.

A taxa de pobres cedeu de 48% em 1990 para 33% em 2009 —ou 180 milhões de pessoas. Desse total, 13% eram indigentes —essa faixa representava 23% em 1990.

Foram consideradas pobres famílias com renda per capita inferior a dois dólares por dia.

Na região, a disparidade entre os países também se mostrava grande.

Argentina, Chile e Uruguai tinham baixa taxa de pobreza (inferior a 12%), enquanto mais da metade dos habitantes de Bolívia, Guatemala e Paraguai era pobre.

No Brasil, o percentual situava-se em 22%.

Apesar do crescimento econômico mais acelerado e da redução da pobreza nos últimos anos, o Brasil ainda é um dos países mais desiguais da América Latina.

Figurava em quarto lugar, atrás apenas de Guatemala, Honduras e da Colômbia. Em 1990, o Brasil era o campeão em desigualdade.

A América Latina representa 7% do PIB global, menos do que sua participação na população (8,5%).

Além de mais desigual, a América Latina também é, segundo a ONU, uma das regiões "mais violentas" do planeta, com a maior taxa de homicídios do mundo (mais de 20 a cada 100 mil habitantes), nível acima da média global —7 a cada 100 mil habitantes.

Anúncio

Fonte: Folha de S. Paulo, São Paulo, 22 ago. 2012, Primeiro Caderno, p. A15.